



Nº 1

29 | JUNHO | 2026

BOLETIM
MENSAL

PELA VERDADE NA POLÍTICA



ELEIÇÃO É COISA SÉRIA!



Daqui a poucos meses teremos eleições no Brasil inteiro; serão muito importantes: definirá o rumo do Brasil que queremos e evitará o Brasil que não queremos. Precisamos ficar muito espertos e espertas para não cairmos em palavras bonitas e tapinhas nas costas. Temos que ter muita atenção: vai ter muito "gato e gata passando por lebre"!



Pensando nisso é que a **Comissão de Justiça e Paz da Família Dominicana do Brasil**, enquanto membro do **Projeto Encantar a Política** e, em parceria com um conjunto de outras entidades cujas preocupações e missões coincidem, está lançando este material para você ler, conversar e debater com seus vizinhos, suas vizinhas, sua companheirada e também com quem se apresentar como candidato ou candidata. Contamos com você também para ajudar na divulgação deste boletim.



Estamos nos comprometendo a fornecer uma edição a cada mês – de maio ao outubro deste ano – do boletim **Pela Verdade na Política**. O nosso foco neste mês, a partir de nossa fé, será sobre a **importância das eleições de 2026**, lembrando que Jesus disse: "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14, 6). Agradecemos profundamente ao Chico Whitaker, irmão muito experiente em fazer a "boa política" pelo belo texto escrito para este boletim. Arquiteto, ativista antinuclear, ex-assessor do Cardeal Arns, vereador em São Paulo pelo PT, secretário da Comissão Brasileira Justiça e Paz/CNBB, co-fundador do Fórum Social Mundial e recebeu, em 2006 na Suécia, o "Prêmio Nobel Alternativo".



Lutemos, irmãs e irmãos, para que a Verdade prevaleça, também neste tempo pré-eleitoral, pois somos discípulos e discípulas do Mestre Jesus.



Goiânia, 29 de junho de 2026



Carinhosos abraços da

Coordenação da Comissão de Justiça
e Paz da Família Dominicana do Brasil



justpaz@familiadominicana.org

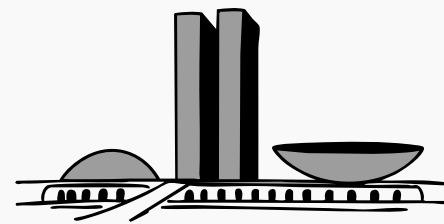


clique nos ícones
para acessar



**VAI TER MUITO
GATO E GATA
PASSANDO
POR LEBRE!**

A IMPORTÂNCIA DAS ELEIÇÕES DE 2026



Todas as eleições são importantes. São momentos decisivos numa democracia. Concretizam um de seus preceitos básicos: todo poder pertence ao Povo, e dele emana ao eleger, livre e soberanamente, quem o represente no governo do país. No Brasil, isso acontece com a escolha de representantes do povo em dois Poderes da República: no Executivo, o Presidente e seu Vice, e no Legislativo, todos os seus membros (deputados, senadores e vereadores).

Este processo se torna mais importante quando o país corre riscos sociais, ambientais, políticos e econômicos, ou enfrenta ameaças externas. Tal é o caso do Brasil de hoje. **As eleições de 2026 são realmente decisivas.** Por isso temos que lhe dar toda a atenção. E também procurar conscientizar o máximo possível de cidadãos e cidadãs sobre esses desafios.

As opções para a chefia do Executivo estão claras. Dois candidatos têm chance de serem eleitos, segundo pesquisas de opinião. E são radicalmente diferentes.

Um tem a experiência de quem pleiteia um quarto mandato, uma longa história de vida na luta pessoal e coletiva pela superação da desigualdade social; não é o “Lula ladrão” que seus opositores colocaram na boca de pessoas mal-informadas, ou seja, não se deixou envolver pela corrupção que cerca a atividade política, e é respeitado em todo o mundo.

O outro, muito mais jovem, deixou-se marcar pelas piores práticas de oportunismo e corrupção, herdadas do seu pai, ex militar expulso do Exército, “treinado para matar” segundo ele mesmo; que carrega a culpa da morte de pelo menos metade das 700.000 pessoas vítimas da Covid, da qual dizia, como Presidente, que era somente uma “gripezinha”.

Ele e seus irmãos, como seu pai, são submissos admiradores do atual Presidente dos Estados Unidos, que trata o Brasil como seu quintal. E que se afasta do esforço iniciado pela ONU, após a 2ª guerra mundial, de solucionar conflitos internacionais pelo diálogo, ao lançar seu país, sem ouvi-lo, em guerras que podem se tornar mundiais. Com o risco de fazerem desaparecer a vida no planeta, pelo uso de bombas atômicas.

Mas é um candidato tão despreparado que pediu ao Presidente norte americano que repita aqui o que já fez nos mares da Venezuela e da Colômbia: bombardeie barcos de pescadores que ele diz, sem prová-lo, que carregam drogas para os Estados Unidos. Pior ainda: sugeriu que lance bombas atômicas no Brasil, como seu país fez no Japão em 1945, se não conseguisse o que aqui preferiria que acontecesse.

Nesse quadro, seria uma omissão indesculpável não agir para evitar o desastre de tamanho irresponsável chefiar nosso Poder Executivo. Mas nossa omissão na eleição dos membros do Poder Legislativo será igualmente grave.

Lembremos que optamos, na Constituinte, por um Estado Democrático de Direito, em que a Lei está acima de todos e todas, até do Presidente da República. Este não pode mexer uma palha sem autorização legal, e se desrespeitar a Lei pode ser destituído. Ora, é o Legislativo que faz a Lei.

Demos a ele, portanto, muito poder. Mas não lhe damos atenção há mais de duzentos anos, isto faz parte de nossa cultura política. Esquecemos rapidamente quem escolhemos para nos representar nesse Poder. Sua representatividade é então completamente distorcida. Qual a proporção, no Legislativo, de trabalhadores e de empresários, de homens e de mulheres, de negros e de brancos, de trabalhadores rurais e de donos do agronegócio?

De fato, suas maiorias foram sendo formadas, ao longo do tempo, por um número crescente de pessoas a serviço somente dos seus próprios interesses, e dos que financiam suas campanhas eleitorais. Por isso, nos dias de hoje nosso Congresso começou a ser chamado de **“inimigo do povo”**. Porque tenta inviabilizar, pela lei, iniciativas a favor do povo. Apesar dos esforços de quem foi eleito com campanhas de conteúdo favorável aos seus representados. São minorias “sem poder”, discursando para o vento. **Quem estuda nosso Congresso afirma que é o pior de todos os tempos.**

Mas, porque se chegou a esse desastre? Há outra causa, que pode ser a principal: a enorme distorção de nossos processos eleitorais, que sempre ocorreu, mas nossos “legisladores” não a corrigiam porque dela se beneficiava sua maior parte: a compra dos votos de desavisados e carentes. Era muito mais fácil ser eleito dessa forma que se dar ao trabalho de conquistar eleitores e eleitoras.

Ora, isto foi sendo descoberto por um número crescente de oportunistas e aproveitadores, que queriam ser “políticos” para enriquecer com os privilégios dessa função social. “Entrou pobre e saiu rico”, observam candidamente eleitores e as eleitoras de vereadores, em cidades menores. E como eles mesmos fazem as leis, conseguem legalmente aumentar cada vez mais seu acesso ao dinheiro. Criam Fundos Eleitorais, emendas parlamentares ao Orçamento Público. E até apoiam o Executivo e legislam também com esse objetivo, mas só quando podem se tornar parceiros na corrupção.

Com a Constituinte, a sociedade civil começou a se preocupar com a “naturalização” da compra de votos, embora tivesse sido tipificada como crime já em 1830, por dom Pedro 1º. E conseguiu a aprovação de uma Emenda Popular à Constituição que tornava possível sua participação no processo legislativo: a Iniciativa Popular de Lei. E dez anos depois, no bojo de uma Campanha da Fraternidade sobre Fraternidade e Política, uma das primeiras dessas Iniciativas chegou ao Congresso, com um milhão de assinaturas: **pelo fim da compra de votos.**

Foi aprovada em sete semanas, em 1999 – como Lei 9.840/99 – graças a um meticuloso acompanhamento popular de sua tramitação. E criou o que faltava para que a Justiça Eleitoral, criada por Getúlio em 1932, pudesse punir o crime da compra de votos, até então raramente punido. Aplicada nas eleições seguintes, levou à cassação de centenas de candidaturas. E dez anos depois, milhares de candidatos passaram a se tornar também inelegíveis por oito anos, pela Lei da Ficha Limpa, igualmente de Iniciativa Popular.

Mas **uma cultura política de duzentos anos não muda em uma ou duas gerações.** Em 2025 a sociedade civil lançou um “Manifesto pela Erradicação da Compra de votos”, que alertava os eleitores e as eleitoras desavisados e carentes de que essa compra – com dinheiro, cestas básicas, favores, churrascos, shows, ambulâncias, obras da Prefeitura – tem como real objetivo mantê-los na miséria, ignorância e dependência até a eleição seguinte. Por isso, em 2026 surgiu um 2º Manifesto: **“por um Congresso com uma maioria amiga do povo”**

Esperamos que todas as pessoas se unam na realização desse objetivo. É também o futuro de nossos filhos e netos que está ameaçado pelo perigo iminente de um Brasil governado por máfias, e leis que as acobertem. Coletivos de Facilitadores e Facilitadoras estão sendo formados no máximo de Estados brasileiros, que criarão Comitês Populares no máximo de cidades e comunidades.

Os “inimigos do povo” são “compradores de votos” que podem ser identificados pelos seus votos em projetos “contra o povo”. Vamos denunciar civicamente seus crimes de compra de votos à Justiça Eleitoral. Será um absurdo político que sejam reeleitos e reeleitas. **Está em nossas mãos vencer esse desafio.**



Comissão de Justiça e Paz da Família Dominicana • Brasil •
UM GRITO PELOS DIREITOS •